



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO PROJETO DE LEI Nº 7.065, DE 2014

Acrescenta o Título IV-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, para assegurar aos partidos políticos o exercício do direito de réplica às declarações proferidas por agentes políticos governamentais, divulgadas pelos meios de comunicação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o Título IV-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, para assegurar aos partidos políticos o exercício do direito de réplica às declarações proferidas por agentes políticos governamentais, divulgadas pelos meios de comunicação.

Art. 2º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, passa a vigorar acrescida do seguinte Título IV-A e do seu respectivo art. 49-A.

“Título IV-A

Direito de Réplica Política

Art. 49-A. Ao partido com representação na Câmara dos Deputados que não integre o governo ou não constitua bloco parlamentar que lhe manifeste apoio, é assegurado o exercício do direito de réplica às declarações oficiais que o atinjam, ainda que de forma indireta, em razão de

conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, proferidas por agente político governamental, difundidas pela imprensa escrita, por emissoras de radiodifusão sonora (rádio) ou de sons e imagens (televisão), disponibilizadas na internet ou compartilhadas em qualquer outra plataforma.

§ 1º Para os fins desta lei, considera-se agente político governamental o ocupante de cargo de Presidente ou Vice-Presidente da República, de Ministro de Estado ou de diretor de autarquia ou fundação de nível federal.

§ 2º O pedido para o exercício do direito de réplica, em face de declarações divulgadas em qualquer época, não circunscritas ao período eleitoral, será apresentado à Justiça Eleitoral, aplicando-se, no que couber, os procedimentos e as regras próprios do direito de resposta estabelecidos nos arts. 58 e 58-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

§ 3º Quando, em relação às declarações de que trata o §2º, for deferido a mais de um partido o exercício do direito de réplica, no caso de veiculação por emissoras de radiodifusão sonora (rádio) ou de sons e imagens (televisão), o tempo será rateado em partes iguais entre os solicitantes, porém nunca inferior a um minuto para cada um.

§ 4º Em qualquer hipótese, caso seja deferido o direito à réplica, cabe ao responsável pelas declarações arcar com os custos relativos à sua veiculação, divulgação, disponibilização ou compartilhamento, conforme a respectiva mídia.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 07 de outubro de 2015.

Deputado FÁBIO SOUSA
Presidente